

A polissemia do termo “uso”: análise de dicionários de uso do português e do espanhol^[i]

Flávia Zanatta – E-mail: ffzanatta@gmail.com
Licenciada em Letras pela UFRGS

Félix Bugueño Miranda

Dr. Phil. Rom. Ruprecht-Karl Universität Heidelberg/Alemanha. Prof. de Língua Espanhola no Instituto de Letras/UFRGS. Prof. Programa Pós-Graduação em Letras/UFRGS.

Resumo: O conceito de uso é empregado de forma bastante variada em lexicografia. Muitas obras lexicográficas, por exemplo, se intitulam “dicionários de uso” sem, no entanto, precisar tal conceito, que pode referir-se tanto ao conjunto léxico efetivamente utilizado por uma comunidade lingüística (norma real) quanto ao emprego prescritivo/normativo da língua (norma ideal). Em vista dessa polissemia que apresenta o termo “uso”, temos como objetivo no presente trabalho analisar e avaliar três dicionários monolíngües semasiológicos ditos “de uso”, um da língua portuguesa e dois da língua espanhola, a fim de averiguar o que cada um deles entende por “uso”.

Palavras-chave: lexicografia – dicionário de uso – descrição – prescrição – normatividade

1- INTRODUÇÃO

No âmbito da lexicografia monolíngüe existe um tipo de dicionário de difusão relativamente recente (pelo menos no Brasil), designado “dicionário de uso”, que se distingue dos dicionários gerais de língua (como Houaiss e Aurélio) porque seu objetivo não é ser o depositário do conjunto léxico total de uma língua, mas sim apresentar a língua em uso por uma comunidade lingüística, abarcando somente as palavras efetivamente empregadas pelos falantes.

Logo, a primeira coisa em que um usuário pensa quando se depara com uma obra dessa natureza, é que vai encontrar documentadas apenas as palavras de uso freqüente entre os falantes. Chega-se então à conclusão de que o “uso” para esses dicionários é entendido unicamente como freqüência. No entanto, veremos que essa conclusão não é de todo verdadeira e há que se ter certa cautela ao lidar com esse tipo de obra lexicográfica, posto que o conceito de uso é empregado de forma bastante variada em lexicografia. “Uso” pode ser entendido 1) como o conjunto léxico efetivamente empregado por uma comunidade lingüística e 2) como o emprego prescritivo/normativo da língua. Geralmente, tanto os autores quanto os usuários dessa classe de dicionário, entendem o termo “uso” com a primeira significação, porém, é mais comum do que se possa imaginar os dicionários ditos “de uso” adotarem ambas noções (ainda que sua pretensão seja abarcar apenas a primeira). Isso prova que até mesmo os autores dessas obras têm dificuldades de estabelecer uma distinção entre uso quantitativo, ou seja, o uso entendido como freqüência e o uso prescritivo, o uso entendido como a maneira “correta”^[ii] de se usar a língua. Assim, quando falamos em dicionário “de uso”, temos, na verdade, três possibilidades de

entender esse uso: a) apenas como frequência; b) apenas como prescrição; c) como frequência e prescrição.

Considerando tais possibilidades, decidimos analisar três dicionários monolíngües semasiológicos ditos “de uso”, um da língua portuguesa – *Dicionário de usos do Português do Brasil* (DUPB (2002)) – e dois da língua espanhola – *Gran Diccionario de uso del Español Actual* (GDUEA (2001)) e *Diccionario de uso del Español* – DUE (1999) – a fim de averiguar qual noção de uso é abarcada por cada um deles. A metodologia empregada para a realização desse estudo consiste em analisar e avaliar essas três obras lexicográficas à luz das seguintes distinções conceituais: a) descrição (norma real) *versus* prescrição (norma ideal); b) uso quantitativamente marcado *versus* uso não quantitativamente marcado; c) normatividade inerente aos dicionários.

Faremos, primeiramente, algumas considerações teóricas acerca desses conceitos para, em seguida, aplicá-los à análise dos dicionários.

2- DESCRIÇÃO (NORMA REAL) VERSUS PRESCRIÇÃO (NORMA IDEAL)

Esse critério tem função essencial para o desenvolvimento deste trabalho, pois baseados nas considerações teóricas acerca da descrição e da prescrição que seguem, estabeleceremos a que conceito de uso os dicionários analisados se referem: uso enquanto descrição da língua ou enquanto prescrição.

Todo dicionário de uso que entende esse “uso” apenas como frequência tem, em princípio, um caráter unicamente descritivo, isto é, apenas descreve a língua usada pelos falantes em um determinado intervalo de tempo e em um determinado espaço, de forma que são registradas as estruturas da língua com uma primordial finalidade informativa e sem preocupação em estabelecer o que é certo ou errado. Assim, em lexicografia, a descrição poderia ser definida como o registro e apresentação do aspecto léxico de um sistema lingüístico.

Por outro lado, o dicionário que entende o uso como prescrição se caracteriza por apresentar um modelo de língua que visa o “bom uso” quando da produção lingüística. Logo, a prescrição pode ser definida como um sistema de instruções que definem o que deve ser escolhido entre os usos de uma língua para um certo padrão estético ou sócio-cultural. Nesses termos, a prescrição se confunde com o “bom uso” da língua e tem uma finalidade pedagógica, já que recomenda certos usos como modelos a serem seguidos pelos falantes em determinadas circunstâncias comunicativas.

O caráter prescritivo de determinados materiais, como as gramáticas e os dicionários, estabelece uma única forma como correta, a chamada norma padrão (normalmente empregada pelos falantes de classes sociais mais elevadas e com maior grau de instrução) que é tomada como modelo para a correção lingüística e à qual as demais variedades da língua, comumente tidas como desvios em relação a essa norma padrão, devem ajustar-se. Esse padrão é estabelecido a partir de determinados

indivíduos, geralmente escritores que produziram obras literárias de grande destaque, ou grupos de indivíduos, geralmente os que pertencem às classes sociais mais altas, pois são considerados como aqueles que fazem “bom uso” da língua. São os gramáticos e lexicógrafos, que não raro recebem o apoio de academias da língua, que sistematizam esses usos transformando-os em regras que são apresentadas à comunidade lingüística como padrão a ser seguido, a fim de que a língua seja usada de forma “correta”.

No caso do espanhol, por exemplo, por muito tempo se considerou (e ainda há os que consideram) a língua falada nas regiões centro e norte da península como “la norma estándar” ou a norma padrão da língua espanhola, tida como a melhor maneira de falar o espanhol em detrimento das inúmeras variedades estendidas pelos países da Hispano-América e também em outras regiões da própria Espanha. No português também ocorreu isso, sendo que em alguns aspectos ainda hoje prevalece como norma culta a variedade falada em Portugal^[iii].

Com o advento do Estruturalismo, no entanto, a idéia de que as variedades regionais estão subordinadas a uma variedade ideal, aquela pertencente à norma padrão ou exemplar foi cedendo espaço à noção de que todas as variedades devem ser consideradas igualmente, já que não há uma que seja mais correta que a outra. O que deve ser considerado é uma questão da ordem da adequação, isto é, existe uma variedade mais adequada às mais diversas situações comunicativas com as quais o falante possa se deparar. A delimitação de uma única norma culta, tida como superior, tropeça continuamente com a pluralidade e com a relatividade que a adequação discursiva impõe. Podemos então substituir as categorias certo/errado por uma categoria de maior ou menor adequação ao contexto de uso da língua.

Diante disso, se pode concluir que qualquer tipo de atitude normativa deve ser tomada sempre em função da adequação ao ato concreto de comunicação e não necessariamente às custas ou em detrimento de outra ou outras realizações.

A dicotomia descrição/prescrição nos leva ainda a refletir sobre o papel da norma no âmbito da lexicografia. A noção de norma disseminada entre os falantes é a de norma enquanto modelo a ser seguido, daí as expressões “norma culta”, “norma padrão”, como vimos anteriormente. Porém, na lingüística moderna, é possível se fazer uma distinção entre uma norma que abarca tudo o que na língua é aceito como uso lingüístico, a chamada “norma de uso”, que pode ser analisada com base em dados estatísticos, e entre uma norma que prevê uma série de restrições de caráter normativo, a chamada norma prescritiva, que estabelece algumas condições aos falantes para que seja feito um “bom uso” da língua. Coseriu (1973 e 1980) denominou a primeira “norma real” e a segunda “norma ideal”, baseado na noção de norma, criada para “complementar” a dicotomia língua/fala (*langue/parole*) estabelecida por

Saussure^[iv]. Coseriu trabalha com as noções de sistema, norma e fala, sendo que o sistema é o conjunto de possibilidades de uma língua, a norma é a realização do sistema em suas múltiplas possibilidades e a fala, por sua vez, é a realização da norma.

Pensando nesses conceitos e tomando como exemplo a língua portuguesa, teríamos que ela é o sistema; como norma teríamos um português “falado”, um português “escrito”, um português “familiar”, ou seja, as diferentes realizações do sistema. Portanto, a norma corresponde à descrição de diferentes línguas funcionais, que podem ser tanto reais (como realmente se usa a língua) quanto ideais (como a língua deveria ser usada, de acordo com um modelo), de modo que há diferentes conceitos de norma: a norma que descreve o que é normal, isto é, o modo normal de falar dos indivíduos pertencentes a determinada comunidade lingüística e a norma estabelecida por critérios de correção, que mostra o que é correto ou incorreto (é o modelo do “bem falar”). A partir disso, é possível estabelecer uma divisão da norma em norma real e norma ideal, ou seja, entre aquilo que os falantes de fato realizam e aquilo que os manuais prescritivos sugerem que deva ser realizado, respectivamente ^[v].

3- USO QUANTITATIVAMENTE MARCADO X USO NÃO QUANTITATIVAMENTE MARCADO

Nos dias atuais, a presença da informática na elaboração de dicionários é algo comum. Essa nova “arma” de que dispõe a ciência lexicográfica provocou e vem provocando uma mudança considerável no panorama da lexicografia prática. Graças a isso, o trabalho do lexicógrafo foi facilitado em inúmeros aspectos, entre eles, a possibilidade do estabelecimento de um *corpus* que permite o manuseio de um grande número de informações, além de agilizar o trabalho, que até então era feito manualmente. Através do *corpus* também fica mais fácil apresentar exemplos e/ou abonações, já que estão prontos e à disposição, livrando assim o lexicógrafo da preocupação de ter que elaborar exemplos (quando o dicionário fornece esse tipo de informação). Há também a questão de ser possível delimitar a língua a ser representada no dicionário de acordo com um recorte sincrônico, isto é, são adotados como *corpus* textos ou outros materiais que sirvam como exemplo da língua utilizada, por exemplo, em um período de 50 anos.

No caso específico dos dicionários de uso, a maioria é elaborada a partir de um *corpus* que delimita e que serve de base para a escolha do conjunto das entradas do dicionário. Há então, graças à ajuda da tecnologia, uma maior facilidade de precisar quantitativamente o número de ocorrências de determinada palavra. Algumas obras lexicográficas transformam esses dados em informação para o usuário, apresentando uma escala numeral de frequência, como ocorre com GDUEA (2001). No entanto, ainda são poucos os dicionários que aproveitam essa possibilidade de marcar quantitativamente o uso.

Lidando com dados empíricos, os dicionaristas têm como quantificar o uso transformando (ou não) esses dados em informações ao consulente. Podemos dividir então os dicionários de uso entre: 1) os que apresentam o uso quantitativamente marcado e 2) os que apresentam o uso não quantitativamente marcado. Dizemos que

um dicionário tem o uso quantitativamente marcado quando a quantidade de ocorrências é precisada numericamente e transformada em informação para o consulente. Já quando não há nenhuma indicação quantitativa do número de ocorrências,

estamos diante de um dicionário no qual o uso é não quantitativamente marcado.

4- NORMATIVIDADE INERENTE AOS DICIONÁRIOS

Apresentaremos aqui alguns aspectos que conferem aos dicionários, independentemente de seus objetivos, um caráter normativo. Diante disso, poderíamos já aqui concluir que a especificação “uso” dos dicionários de uso se refere tanto à descrição quanto à prescrição. Resta-nos averiguar se esse caráter normativo dos dicionários de uso é explicitado ou velado, isto é, se o dicionário quer ser descritivo, mas, sem revelá-lo, privilegia certos usos (cf. Welker (2004, p. 188)).

De acordo com Haensch (1982: 359-389), os dicionários não só informam sobre os elementos léxicos aceitáveis e suas significações, como também fazem afirmações sobre ortografia, pronúncia, nível lingüístico, frequência de uso, etc. Dessa forma, os dicionários contêm, em cada entrada, uma série de indicações prescritivas. Assim, ainda que um dicionário se defina de uso entendendo este como frequência e que tenha, por isso, apenas o objetivo de descrever a norma real de uma dada língua, sempre vai carregar consigo uma certa normatividade. Ripfel (1989 apud Welker (2004, p. 186)) acerca dos dicionários descritivos, diz que geralmente essas obras não mencionam nenhuma atitude normativa; pelo contrário, deixam claro que seu objetivo é retratar a realidade lingüística. No entanto, a autora diz ainda que é possível fazer uma distinção entre os dicionários descritivos que são realmente descritivos e os que são veladamente normativos pelo fato de privilegiarem certos usos através, por exemplo, da omissão de determinadas unidades léxicas ou da apresentação de abonações oriundas de textos de certos grupos sociais. Ignácio (1996 apud Welker (2004, p. 189)) escreve o seguinte:

Em princípio, um dicionário de usos não tem, evidentemente, como objetivo precípua prescrever o uso da língua, mas sim descrever a maneira como a língua está sendo usada. No entanto, o usuário que se propõe consultar um dicionário o faz para se inteirar da maneira correta, ou usual, no emprego dos elementos lingüísticos. E aí o dicionário de usos passa a assumir também uma função normativa. Assim, a responsabilidade do dicionarista se avulta.

Diante do exposto, podemos reforçar a conclusão de que, na verdade, toda obra lexicográfica é normativa por natureza, ainda que não pretenda sê-lo, posto que algumas informações que oferece são, indiscutivelmente, da ordem da prescrição. Quanto aos dicionários de uso, de caráter descritivo, nos resta verificar se o caráter normativo que apresentam é explícito ou velado. A partir disso, poderemos chegar a uma conclusão sobre como pode ser entendido o uso nos dicionários de uso.

Welker (2004), tratando da questão da norma representada nos dicionários,

aponta para dois fatores: a existência de dicionários normativos (como os elaborados por instituições como as academias) e o efeito normativo de dicionários em geral. Tais fatores se devem ao fato de que a norma lingüística pode ter duas concepções: a primeira se refere à realidade lingüística, às realizações normais daqueles fatos que existem no sistema da língua e a segunda a algo que tem que ser observado quando se quer escrever ou falar corretamente. É o que nós chamamos anteriormente de “norma real” e “norma ideal”, respectivamente. Podemos, então, transportar essa mesma distinção ao conceito de “uso”, tanto que nossa hipótese de investigação se trata justamente de verificar se o uso é entendido como norma real ou como norma ideal.

No presente trabalho trataremos de alguns aspectos tidos como normativos em qualquer tipo de dicionário, tecendo algumas considerações a fim de aplicá-las posteriormente à análise dos três dicionários abordados. Apresentaremos aqui apenas quatro aspectos que assumem um caráter normativo em qualquer obra lexicográfica e, por conseguinte, também nos dicionários de uso: a) ortografia; b) pronúncia; c) marcas de uso; d) indicação de uso sintático.

a) Ortografia

Pode-se dizer que a indicação da forma ortográfica das palavras é um aspecto puramente normativo nos dicionários, já que todos apresentam a grafia considerada “correta” segundo normas preestabelecidas^[vi], e ainda que o dicionário registre mais de uma forma do vocábulo (caso de variantes ortográficas), ele acaba determinando, através de algum mecanismo, qual das grafias é a preferível. No caso dos dicionários de uso o mecanismo adotado é o da freqüência de uso. Assim, a forma mais freqüente é considerada a de maior prestígio sendo ela que contém o verbete completo, ou seja, com a definição. Já a forma menos freqüente faz remissão à forma mais freqüente. Bugueño (2006), aplica à análise dessas questões em dicionários gerais de língua os conceitos *type* (genótipo, protótipo ou forma canônica, de mais prestígio) e *token* (variante ou forma de menos prestígio). Valeremo-nos desses conceitos, quando da análise dos dicionários, para caracterizar as variantes ortográficas em variante canônica ou variante de menos prestígio, sempre segundo o que estabelecem os próprios dicionários sob estudo.

b) Pronúncia

A indicação de pronúncia geralmente se dá através da transcrição fonética, sendo que esta é uma questão bastante delicada, primeiro porque em um dicionário monolíngüe não é tão relevante, pelo menos para as línguas portuguesa e espanhola, já que essas línguas têm uma grande compatibilidade entre o sistema fonológico e as letras do alfabeto^[vii]. Acreditamos que a única circunstância em que a transcrição fonética poderia ser funcional em um dicionário geral de língua monolíngüe é quando se trata da pronúncia de estrangeirismos, tais como *apartheid*, *light*, *mouse*, *abstract*, *look*, *airbag* e *software*, entre outros, pois estes mantêm inalterada a forma ortográfica

da língua fonte. Há que se destacar ainda, que nesses casos a indicação da pronúncia é uma informação fundamental, dado que nem sempre há mesmo respaldo fônico entre as letras da língua de origem dos estrangeirismos e a língua que os incorpora.

c) Marcas de uso

As marcas de uso adotadas pelos dicionários desempenham indubitavelmente uma função normativa, posto que condicionam o uso de determinadas palavras a certos contextos ou regiões. Neste trabalho trataremos especificamente das marcas diastráticas, diafásicas, diatécnicas, diatópicas e diacrônicas, apontando os motivos pelos quais as consideramos de caráter normativo.

c¹) Marcas diastráticas e diafásicas

Essa divisão é oriunda das postulações de Coseriu (1980), que considera a língua um diassistema que apresenta variedade interna em três níveis: o diastrático, o diafásico e o diatópico (que veremos a seguir). O nível diastrático está relacionado com a procedência sócio-cultural dos usuários da língua enquanto que o nível diafásico está relacionado com o contexto de comunicação, ou seja, fica a critério do falante escolher o modo como irá se expressar de acordo com o exigido pela situação comunicativa (formal ou informal, por exemplo). Decidimos tratar esses dois aspectos conjuntamente porque nem sempre é fácil delimitar com precisão a diferença entre ambos.

O caráter normativo dessas marcas reside no fato de que marcar uma acepção como *informal*, *pejorativo*, *culto* ou como *tabuísmo*, por exemplo, é uma informação extremamente importante para o consulente, pois este saberá que se trata de uma palavra cujo uso está restrito ou é mais adequado a determinados contextos. Assim, palavras como *caralho*, *puta* e *bosta*, todos marcados como *tabuísmo* e/ou *pejorativo* em HouE (2001) e *cabrear* “enfadar(se), irritar(se)”, *cabrón* “hombre a quien su mujer es infiel”, marcadas como *vulgar* em DUE (1999) têm um âmbito de uso bastante restrito.

c²) Marcas diatécnicas

Esse tipo de marca se refere aos termos de linguagens especializadas. Nesse âmbito, é necessário distinguir entre aquelas palavras que, apesar de terem surgido em um determinado meio, tiveram seu uso generalizado na língua e palavras que pertencem a certas áreas do conhecimento e que não têm seu uso estendido na língua. Como exemplos para estas, temos *cromatopsia*, *acromegalia*, *adenopatia* e inúmeros outros termos do campo da medicina, bem como de outras áreas do conhecimento. Já no caso daquelas, podemos citar como exemplo palavras específicas de certas áreas que passaram a fazer parte da língua comum, como *internet*, *internauta*, *deletar*, *clonar*, *clone*, *transgênico*, palavras da área da informática e da genética, respectivamente, que já não são sentidas como palavras específicas dessas áreas dado seu largo emprego na língua.

Da mesma forma que as marcas diastráticas e diafásicas, as marcas diatópicas restringem o uso de determinadas palavras a certos contextos. No caso dos dicionários de uso, há que se ter cuidado com as palavras específicas de determinadas áreas, posto que muitas delas não são usadas com freqüência pela comunidade lingüística em geral e muitas vezes nem sequer são conhecidas.

c³) Marcas diatópicas

Essas marcas estão ligadas à região geográfica em que determinadas palavras e/ou acepções são empregadas. Tanto para o português quanto para o espanhol é possível fazer uma distinção entre a variedade americana e a variedade européia. Os dicionários podem optar por descrever a língua de uma só variedade (o português brasileiro e o espanhol americano, por exemplo) ou abranger todas as regiões que falam tais línguas e marcar diatopicamente as palavras e acepções que necessite de tal marcação. Essas marcas são, portanto, extremamente importantes na medida em que estabelecem em que região ou país tal palavra é majoritariamente ou exclusivamente empregada e é justamente nesse ponto que reside seu poder normativo.

c⁴) Marcas diacrônicas

Sabe-se que o acervo lexical de todas as línguas vivas se renova. Enquanto algumas palavras deixam de ser utilizadas e tornam-se arcaicas, outras são criadas pelos falantes de uma comunidade lingüística. Temos, portanto, unidades léxicas marcadas como *arcaico*, *antiquado*, *desusado*, *obsoleto* e palavras que constituem neologismos, sendo que estes geralmente não são marcados. Quanto àquelas, é preciso deixar claro que um dicionário que se diga de uso enquanto freqüência e que esteja baseado em um *corpus* que abarca os usos da língua contemporânea, não deveria trazer nenhum verbete com esse tipo de marca, já que seu objetivo é retratar a língua em uso. Essa pode ser considerada uma falha bastante grave dos dicionários dessa natureza.

Quanto aos neologismos^[viii], sabe-se que eles podem ser formados por mecanismos oriundos da própria língua ou por itens lexicais tomados de outros sistemas lingüísticos. No primeiro caso, os neologismos surgem a partir de bases fixas na língua, geralmente por processos de derivação e composição; no segundo, trata-se das contribuições de outras línguas. Do ponto de vista semântico, pode-se classificar a criação neológica como um processo de produção de novos significados, em conseqüência da instauração de novos significantes no interior da língua ou ainda com a instauração de novos significados para significantes já existentes.

c⁵) Indicação de uso sintático

A indicação de uso sintático configurará um aspecto normativo na medida em que os dicionários apresentem indicações relativas ao sistema de regência verbal ou nominal (para o português) e o “régimen preposicional” (para o espanhol), às

colocações e combinações lexicais fixas, por exemplo. Nesse trabalho nos ocuparemos da análise apenas das indicações de regência verbal e nominal e veremos que todos os dicionários em análise ainda que entendam o uso como freqüência, apresentam esse tipo de informação em maior ou menor grau.

5- ANÁLISE DOS DICIONÁRIOS

5.1 DUPB (2002)

Esse dicionário apresenta uma proposta inovadora no âmbito da lexicografia brasileira, pois tem como objetivo registrar o uso efetivo do sistema lingüístico num período e local bem determinados (a língua escrita no Brasil na segunda metade do século XX):

O *Dicionário de usos do Português do Brasil* se apresenta como um dicionário da língua escrita no Brasil na segunda metade do século XX. A preocupação de registrar o uso efetivo [grifo nosso] do sistema lingüístico, num período e local bem determinados, torna-o, em vários aspectos, diferente das outras obras do gênero. (DUPB (2002, p. V)).

A partir de um *corpus* conformado pela língua escrita em prosa no Brasil a partir de 1950 e que totalizam mais de 70 milhões de ocorrências em textos de literatura romanesca, dramática, técnica, oratória e com predominância da literatura jornalística (por seu autor acreditar ser nesse âmbito que as palavras mais circulam) foram selecionados as mais de 62 mil entradas que conformam a macroestrutura do dicionário. Quanto à quantificação do uso, não há nenhum tipo de indicador de freqüência e não se sabe se as acepções estão organizadas de acordo com a representatividade da freqüência ou segundo uma disposição etimológica ou ainda se a disposição das acepções é aleatória.

Consultando atentamente esse dicionário, percebemos que muitas palavras que não são efetivamente usadas pelos falantes fazem parte da macroestrutura enquanto que outras, que possuem um largo uso, não foram documentadas. Através de pesquisas em sites de busca da internet (realizadas em 07.09.2006) não foi possível encontrar registros dos vocábulos *manzanzar* “proceder como bobo” (DUPB (2002, s.v.)), *vanilóquio* “discurso vazio” (DUPB (2002, s.v.)), *sivamista* “indivíduo defensor do polêmico projeto Sivam”, (DUPB (2002, s.v.)) e *peitamento* “suborno” (DUPB (2002, s.v.)), ou seja, que essas palavras não são de uso freqüente no português. Encontramos apenas cinco ocorrências para os verbetes *ibopeano* “relativo ao ibope” (DUPB (2002, s.v.)) e *turrento* “turrão, teimoso” (DUPB (2002, s.v.)) e duas para *afestoado* “pendurado com festão” (DUPB (2002, s.v.))^[ix]. Esses números confirmam nossa constatação de que há na macroestrutura de DUPB verbetes de pouco uso por parte dos falantes ou até mesmo desusados, o que constitui uma falha da obra, que se pretendendo de uso enquanto freqüência, deveria ter tomado maior cuidado quanto à inclusão de palavras pouco representativas do português contemporâneo. Por outro lado, as unidades léxicas *seta*, *sonho* e *subsolo* não foram incluídas na macroestrutura

ainda que tenham um largo uso por parte da comunidade lingüística^[x]. Da mesma forma não consta em DUPB a acepção “acelerar” para o verbo *embalar* e a acepção “primeiro grau acadêmico” para a unidade léxica *bacharelado*, ambos de uso bastante comum em português. Portanto, DUPB (2002) vai de encontro a sua própria intenção de “registrar apenas o uso efetivo do sistema lingüístico” (Cf. DUPB (2002: V)), já que inclui unidades léxicas de baixíssima freqüência de uso e deixa de incluir outras bastante freqüentes.

Há ainda em DUPB (2002) a inclusão de termos que nos parecem excessivamente técnicos e que não precisariam ou não deveriam fazer parte da macroestrutura de um dicionário que entende o uso como freqüência: *dexfenfluramina* “composto químico que pode modificar, em altas doses, o nível de substâncias essenciais ao cérebro” (DUPB (2002, s.v.)), *adrenoleucodistrofia* “doença genética masculina que degenera o sistema nervoso” (DUPB (2002, s.v.)), *fellinófilo* “seguidor do cineasta italiano Frederico Fellini” (DUPB (2002, s.v.)), *indez* “ovo que se deixa no ninho para servir de chamariz às galinhas” (DUPB (2002, s.v.)), *abacismo* “uso de ábaco para calcular”^[xi] (DUPB (2002, s.v.)), *babaganush* “comida tradicional de origem libanesa (...)” (DUPB (2002, s.v.)), *chugori* “jaqueta usada pelos coreanos”^[xii] (DUPB (2002, s.v.)), *chinchorros* “povo indígena de Aria, região norte do Chile”^[xiii] (DUPB (2002, s.v.)), *esofagogastroanastomose* “comunicação artificial entre o esôfago e o estômago”^[xiv] (DUPB (2002, s.v.)). É possível que algumas dessas unidades léxicas (como *sivamista*, *abacismo* e *chugori*) constituam *happax legomena*, ou seja, que tenham ocorrido uma única vez no *corpus* e que mesmo assim foram lematizadas, ainda que, de fato, não sejam empregadas. Isso evidencia a falta de uma avaliação tanto quantitativa quanto qualitativa por parte de DUPB (2002), que deveria estabelecer critérios mais rígidos quanto à inclusão de palavras cuja ocorrência no *corpus* é baixíssima, além é claro, da relevância da inclusão de determinadas unidades léxicas. Podemos dizer ainda que DUPB (2002) tem uma atitude prescritiva implícita quando inclui na macroestrutura unidades léxicas não freqüentes, dando-lhes um status de usuais pelos falantes. Assim, um consulente que se depare com verbetes como *ibopeano*, *lumpemburguesia* “camada social que detém o poder político, social e econômico” (DUPB (2002, s.v.)), *lumpemburguês* “pessoa que faz parte da lumpemburguesia” (DUPB (2002, s.v.)) e *fellinófilo* poderá crer que essas palavras são amplamente usadas na língua, porém não é isso que ocorre^[xv].

Outro fato que reforça a falta de cuidado na elaboração dessa obra pode ser percebido através de uma análise atenta das obras que serviram de referência. Houve falta de atenção quanto à escolha do *corpus*, que inclui obras como *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*, *Fantoches* e *Sagarana* cujas edições citadas apresentam anos de publicação posteriores a 1950, mas que, na verdade, foram publicadas pela primeira vez em datas anteriores (1912, 1932 e 1943,

respectivamente).

No que concerne às variantes ortográficas, nos parece acertado o que faz DUPB (2002), que inclui todas as formas possíveis da palavra descrevendo, dessa maneira, os usos, a norma real empregada pela comunidade lingüística. Com relação a esse ponto, pode-se dizer que o dicionário possui tanto um caráter descritivo, pois apresenta todas as variantes existentes na língua, quanto um caráter normativo, já que estabelece que uma delas é a forma de maior prestígio (forma canônica ou *type*), e é nessa que figura o verbete completo enquanto na forma tida como de menor prestígio (*token*) há apenas uma remissão ao artigo completo. Assim, DUPB (2002) apresenta todas as formas com barras (*soprar/assoprar*) com remissão da forma menos freqüente (a segunda), de modo que a definição aparece somente na forma de maior freqüência (a que aparece primeiro) com base no *corpus* adotado. Casos como os dos verbetes *desperdiçar/esperdiçar*, *levantar/alevantar*, *acovardado/acobardado* (DUPB (2002, s.v.)), entre outros, podem ser tomados como exemplo de uma decisão acertada, já que a definição está realmente na variante mais usada. No entanto, há casos em que a variante considerada de maior freqüência pelo dicionário não corresponde à norma real, como em: *foro/fórum*, *rasto/rastro*, *louro/loiro*, *surripiar/surripiar*, *susceptível/suscetível* e inúmeros outros. Em pesquisas feitas em sites de busca da internet (realizadas em 11.09.2006), encontramos 1.680.000 ocorrências para a forma *foro* (DUPB (2002, s.v.)) nas seguintes acepções: “centro de debates” e “jurisdição, vara”, enquanto que para a variante *fórum*, considerada de menor freqüência por DUPB (2002), encontramos 22.6000.000 ocorrências, um número infinitamente maior de ocorrências com relação à forma *foro*. O mesmo ocorre com *rasto/rastro* (DUPB (2002, s.v.)). Para a primeira palavra encontramos 20.200 ocorrências enquanto que para a segunda, 344.000; com *susceptível/suscetível* (DUPB (2002, s.v.)), com 355.000 ocorrências para esta forma e apenas 107.000 para aquela; com *loura/loira* (DUPB (2002, s.v.)), cujos números de ocorrências são de 644.000 para *loira* contra 162.000 para *loura*.

Nesse dicionário há informação quanto à pronúncia somente em alguns casos de palavras homônimas não homófonas, nas quais a diferença de significação se dá pelo acento prosódico, como em *corte(ó)/corte(ô)*, *forma(ó)/forma(ô)*, *soquete(é)/soquete(ê)* (DUPB (2002, s.v.)). Mas falta um certo rigor, porque não há diferenciação quanto à pronúncia do e no caso de *sede/sede*.

O número de marcas diafásicas e diastráticas apresentado por DUPB (2002) é relativamente pequeno se comparado com outros dicionários monolíngües do português. Em sua lista de abreviaturas é possível encontrar apenas as seguintes marcas: *Ch[ulo]*, *Coloq[uijal]*, *Deprec[iativo]* e *Joc[oso]*. A maior incidência é da marca *Coloq*: *chacrinha (Coloq)* “reunião informal e íntima” (DUPB (2002, s.v.)), *sacana (Coloq)*, *sacanear (Coloq)*, *sacaneta (Coloq)* “pessoa muito sacana” (DUPB (2002, s.v.)). Exemplos com a marca *Deprec* são *fabriqueta* e *mané*. Há também muitos lexemas que carecem de uma marca diastrática ou diafásica, como *hostes*, *imorredouro*, *íncola*, *treco* e a construção sintática *na fossa* **[xvii]**. Esse fato configura

uma falha de DUPB, já que é indiscutível que essas palavras não pertencem a um registro “neutro” da língua e que umas são mais adequadas a um contexto mais culto enquanto que outras a um contexto mais informal, e essa informação deveria ser fornecida ao consulente do dicionário.

A única marca diatécnica que aparece na lista de abreviaturas de DUPB (2002) é *Aeron*[náutica]. Palavras como as já citadas *dexfenfluramina*, *adrenoleucodistrofia* e *esofagogastroanastomose* poderiam ser marcadas como pertencentes à linguagem especializada da Química, da Genética e da Medicina, respectivamente.

Como DUPB (2002) se limita à descrição do português brasileiro as marcas diatópicas apresentadas se referem apenas a algumas regiões que conformam o país, não havendo, portanto, marcas como lusitanismo (como podemos encontrar em HouE (2001, por exemplo).

Vejam os alguns exemplos de palavras marcadas diatopicamente: *muchacho*, *chimango*, *china* e *cusco* como Reg S, *macaxeira* e *batedeira* “febre intermitente” (DUPB (2002, s.v.)) como Reg NE e *barranquear* “pescar junto a barranco” (DUPB (2002, s.v.)) como Reg C-O.

DUPB (2002) inclui ainda em sua macroestrutura palavras com a marca diacrônica *obsoleto*, como *regalo* “agasalho para as mãos” (DUPB (2002, s.v.)), *ludopédio* “futebol” (DUPB (2002, s.v.)), *ludópoda* “jogador de futebol” (DUPB (2002, s.v.)), *lues* “sífilis” (DUPB (2002, s.v.)), *lupanar* “bordel” (DUPB (2002, s.v.)) e *gume* “gel fixador de cabelos” (DUPB (2002, s.v.)). Isso, como já dito, nos parece uma séria falha para um dicionário que se diz descritivo da língua portuguesa contemporânea.

Quanto à questão dos neologismos, DUPB (2002) inclui em sua macroestrutura tanto neologismos vernáculos e de signo como *imexível* (DUPB (2002, s.v.)), *bioética* (DUPB (2002, s.v.)), *abobalhado* “que é ou se tornou bobo, tolo, aparvalhado” e *encapsular* “colocar em cápsulas, embalar” (DUPB (2002, s.v.))^[xvii] quanto não-vernáculos, isto é, oriundos de outras línguas, tais como *hardware* (DUPB (2002, s.v.)), *mouse* (DUPB (2002, s.v.)). Para esses casos, no entanto, DUPB (2002) não apresenta nenhuma marca diacrônica, apenas a indicação da língua fonte, ou seja, da língua de origem de tais palavras: *laptop*, *skate*, *slide*, *smoking* com a indicação *Ing*[lês] e *affaire* com a indicação *Fr*[ancês].

Quanto à indicação de uso sintático, DUPB (2002) tem como preocupação apresentar de maneira bastante minuciosa informações relativas ao uso sintático das palavras, esclarecendo, por exemplo, o uso das preposições e informando o tipo de complemento que a palavra-entrada pode ter:

embromar V Ø [Ação-processo] [Compl: nome humano] 1 enganar com protelações, tapear Ø [ação] 2 deixar de tomar decisões; negligenciar. (DUPB (2002, s.v.))

surripiar/surrupiar V [Ação-processo] [Compl₁: nome concreto não-animado] +- Compl₂: a/de + nome humano] 1 furtar; subtrair [Compl₁: nome abstrato] 2 sonegar [Compl: nome humano] 3 roubar. (DUPB (2002, s.v.))

O objetivo desse dicionário ao fornecer tais informações é apresentar “o modo

como a língua se organiza” (DUPB (2002, p. V)), ou seja, descrever como os falantes se comportam quanto às construções sintáticas da língua. Logo, entendemos que não há, pelo menos declaradamente, nenhuma intenção prescritiva, porém é muito provável que o consulente possa vir a entender essas informações sintáticas como normativas, ou seja, como regras a serem seguidas quando da produção escrita ou oral, posto que a busca do usuário é, geralmente, pelo normativo. De fato, é perfeitamente possível pensar que a não observância do padrão sintático proposto no verbete constitui um solecismo (cf. Mattoso Câmara (1986, s.v. *solecismo*)). Ainda com relação a esse tema, DUPB (2002) apresenta um problema de incoerência entre aquilo que descreve como uso sintático e os exemplos que apresenta, pois não raro, o exemplo não está de acordo com a construção sintática que aparece no dicionário ^[xviii]. Bugueño [inédito] analisa, entre outros, os verbetes *grifar* e *fornecer* a fim de verificar a coerência entre a indicação sintática e o exemplo apresentado e constata o seguinte:

Assim, por exemplo, s.v. *grifar* aparece a seguinte indicação sintática: “[*compl.: nome concreto não animado*] 1 sublinhar: (...)”. A seguir, o verbete apresenta dois exemplos, dos quais só o primeiro corresponde à descrição sintática proposta para o verbo. O segundo exemplo, pelo contrário, sugere claramente que o verbo *grifar* pode ser empregado também em “estado absoluto”, ou seja, sem um objeto direto: “(...) *alguns têm o hábito de grifar, fazer sinais, anotações a lápis ou tinta (...)*” (DUPB (2002, s.v.)). No sentido inverso, isto é, quando há uma indicação de que o objeto direto é prescindível, como s.v. *fornecer*, por exemplo, ocorre exatamente o contrário, isto é, os exemplos demonstram que o acusativo é obrigatório: “(...) 1. prover; abastecer: *Dr. Guilherme forneceu a Aimbé mantimentos (M); Daí o homem da venda do Anhumas forneceu mantimentos para a turma (ID) (...)*” (DUPB (2002, s.v.))

Essa análise nos mostra que DUPB (2002) apresenta alguns (sérios) problemas quanto ao que se pretende e ao que de fato apresenta, o que abala sua qualidade e prejudica os usuários, que esperam se deparar com determinadas informações, mas acabam encontrando outras.

5.2 GDUEA (2001)

Esse dicionário é considerado pioneiro na lexicografia espanhola contemporânea pelo fato de apresentar, usando *corpus*, uma densidade macroestrutural de grande magnitude: 72.000 verbetes ^[xix]. Esse corpus está composto por 20 milhões de palavras que segundo os autores, são (ou eram) amplamente representativas do espanhol falado na Espanha e na Hispano-Americana no fim do século XX e início do XXI em sua variedade escrita e oral e de onde foram tiradas as entradas que conformam a macroestrutura de GDUEA (2001).

GDUEA (2001) não tem a pretensão de ser um dicionário normativo, mas sim de ser uma obra descritiva, isto é, que trata da língua usada na atualidade. GDUEA (2001) tem por objetivo “ofrecer un modelo que se ajuste realmente a la lengua hablada en nuestros días” (GDUEA (2001: 7))

. Baseado no número de ocorrências dos verbetes no *corpus Cumbre*, GDUEA (2001) estabeleceu uma escala de indicação de frequência que vai de 0 (não marcado) a 5, de modo que nesse dicionário o uso é quantitativamente marcado.

Parece-nos que a inclusão de palavras cuja freqüência não é significativa é uma atitude equivocada desse dicionário, porque não reflete a norma real da língua. Isso nos leva a refletir ainda sobre a validade dessas informações numéricas. No caso de a freqüência ser alta, o falante não terá nenhum problema para deduzir que tais palavras são amplamente usadas na língua, porém, quando o usuário do dicionário se depara com um verbete cuja freqüência é “não significativa”, ele terá que buscar respostas que justifiquem esse baixo número de ocorrências, que pode estar ligado ao fato de a palavra estar em processo de desuso, ou se tratar de um neologismo ou ainda, de um tecnicismo. Em uma análise mais atenta do conjunto de verbetes de freqüência não significativa que constam em GDUEA (2001), pudemos constatar que se trata, em sua grande maioria, de diatecnicismos, ou seja, palavras pertencentes a áreas bastante específicas do conhecimento e por isso marcadas diatecnicamente, como é o caso de:

nos.tras [nóstras] *adj* MED Se aplica a las enfermedades propias del país o países de que trata el especialista que escribe sobre ellas, en oposición a las de otros lugares. (GDUEA (2001, s.v.))

ba.ri.ta [barita] *s/f* QUÍM óxido de bário. (GDUEA (2001, s.v.))

Outros exemplos de lexias com marca diatécnica são: *aballar* ART[es] “difuminar las líneas o colores de un cuadro” (GDUEA (2001. s.v.)), *abañar* AGR[icultura] “seleccionar la simiente mediante un cribado especial” (GDUEA (2001. s.v.)), *baderna* NÁUT[ica] “cuerda o cable trenzado para sujetar los útiles de una embaración” (GDUEA (2001. s.v.)), *banderillar* TAUR[omaquia] “clavar banderillas en la cerviz de un toro” (GDUEA (2001. s.v.)).

Com base nesses dados, é possível dizer que GDUEA (2001) se comporta mais como um dicionário geral de língua, isto é, um dicionário que lematiza diversas unidades léxicas da língua (e que figuram no *corpus Cumbre*) ainda que sua representatividade na norma real não seja muito expressiva. Nos parece, porém, que enquanto dicionário de uso entendido como freqüência, GDUEA (2001) deveria ter feito uma filtragem mais cuidadosa das unidades léxicas e um estudo sobre a pertinência da inclusão das mesmas na macroestrutura desse dicionário.

Além disso, GDUEA (2001) traz em cada verbete a separação silábica (feita através de pontos entre as sílabas do verbete) e a transcrição fonética:

2 **cen.tro.a.me.ri.ca.no, -na** [θentroamerikáno]

3 **za.pa.tis.ta** [θapatísta]

(GDUEA (2001, s.v.))

A justificativa de GDUEA (2001) para incluir a separação silábica e a transcrição fonética se respalda no fato de que esse dicionário se destina não só para falantes nativos de espanhol, mas também para estudantes estrangeiros de língua espanhola e para professores de espanhol como língua estrangeira (E/LE) (Cf. GDUEA (2001: 12)).

A separação silábica não apresenta nenhum problema maior, já que se enquadra no âmbito da norma ortográfica, fixada de comum acordo entre todas as academias dos países de língua espanhola. Trata-se, portanto, de uma característica normativa. Já a transcrição fonética, da forma como é apresentada, é algo que apresenta problemas, primeiro porque um dicionário monolíngüe da língua espanhola não teria necessidade de apresentar a transcrição fonética dada a relativa compatibilidade entre o sistema

fonético e as letras do alfabeto. No entanto, como dito anteriormente, GDUEA (2001) justifica essa atitude por se destinar também a não falantes nativos de espanhol. Fato é que a transcrição fonética também passa a ser uma característica normativa nesse caso porque a transcrição fornecida é a da variante do espanhol falado nas regiões central e do norte da Espanha, já que os falantes dessas regiões realizam o fonema /c/ diante das vogais /e/ /i/ e o fonema /z/ diante das vogais /a/, /o/ /u/ como a consoante interdental [θ]. No entanto, no sul da Espanha e em praticamente toda a Hispano-América os falantes realizam tais fonemas como uma fricativa dental [s] de modo que, se a transcrição fonética fosse estabelecida com base em um critério de ocorrência, a realização dos falantes da Hispano-América deveria ser a apresentada no dicionário, já que são cerca de 300 milhões de falantes realizando a fricativa dental [s] contra cerca de 80 milhões realizando a interdental [θ]. Seria possível dizer, com base no acima exposto, que para os falantes das regiões centro e norte da Espanha a transcrição fonética funciona como uma informação descritiva, enquanto que para o restante dos falantes nativos de espanhol, bem como para os aprendizes estrangeiros dessa língua, seria uma informação normativa, por estabelecer uma única forma de pronunciar os fonemas /c/ e /z/. No entanto, para ser coerente com sua denominação de dicionário de uso enquanto descrição da língua, GDUEA (2001) deveria apresentar as duas possibilidades de realização fonética.

Em se tratando das variantes ortográficas, GDUEA (2001) utiliza um sistema de remissão da forma menos usada para a forma de maior freqüência, sendo que é essa que apresenta a definição ^[xx]:

fi.sio.no.mía [fisjonomía] s/f fisonomía. (GDUEA (2001, s.v.))
 2 **fi.so.no.mía** [fisonomía] s/f Conjunto de rasgos que perfilan el aspecto exterior de alguien o algo y que pueden revelar otros aspectos más íntimos o no evidentes (...). (GDUEA (2001, s.v.))

Outros casos de variantes ortográficas são ^[xxi]: *bikini/biquini*, *harmonía/armonía*, *harmônico/armónico*, *harmonioso/armonioso*, *harmonizar/armonizar*, ^[xxii] *septiembre/setiembre*, *insubstituible/insustituible*, *sustancia/substancia*, *sustantivo/substantivo*, *psicólogo/sicólogo*, *psicoanálisis/sicoanálisis*, *psicodélico/sicodélico* ^[xxiii] e outras unidades léxicas que iniciam com o grupo consonantal /ps-/. Através de pesquisas em sites de busca da Internet (realizadas em 20/11/2006) pudemos constatar que a forma considerada *type* pelo dicionário realmente é a de maior freqüência para todos os casos acima apresentados ^[xxiv].

A lista de marcas diafásicas e diastráticas é consideravelmente maior que a de DUPB (2002), sendo que muitas acepções apresentam essas marcas como forma de alertar o consulente de que determinadas palavras têm seu uso relacionado a um determinado contexto. Assim, a marca VULG[ar] apresentada para a palavra *abajamiento* “acción o resultado de abajar” (GDUEA (2001. s.v.)), indica ao usuário que

se deve evitar seu uso, por exemplo, em contextos mais formais. Outras palavras marcadas são *ingêxito*, *-ta* CULT[ismo] “no engendrado” (GDUEA (2001. s.v., ac.2)), *nictálope* CULT[ismo] “se aplica a la persona o animal que tiene mejor visión de noche” (GDUEA (2001. s.v.)), *escachar* COL[oquia] “aplastar o espachurrar” (GDUEA (2001. s.v.)), *clerigalla* DES[pectivo] “clero” (GDUEA (2001. s.v.)), e *agüista* INFML [informal] “persona que, en un balneario, toma las aguas” (GDUEA (2001. s.v.)).

Tendo em vista que GDUEA (2001) abarca tanto a variável peninsular quanto a americana do espanhol, é esperado que apresente um sistema de marcação diatópica. Essas marcas servem para apontar os americanismos, ou seja, aquelas palavras ou locuções usadas especificamente na Hispano-América ou que tenham nessa ampla área um conteúdo semântico peculiar. Por isso, na lista de abreviaturas de GDUEA (2001), encontram-se as siglas correspondentes a todos os países de língua espanhola da América do Sul e Central. Alguns exemplos de marcação diatópica podem ser vistos em: *cuadra* AMER “tramo de una calle, avenida, etc., comprendida entre dos esquinas” (GDUEA (2001. s.v.)), *farruto*, *-ta* AMER “que es de constitución débil o enfermiza” (GDUEA (2001. s.v.)), *alacranear* AR[gentina] “hablar mal de los demás” (GDUEA (2001. s.v.)), e *pibe*, *-ba* AR “persona joven” (GDUEA (2001. s.v.)).

No tocante às marcas diacrônicas, podemos encontrar na lista de abreviaturas de GDUEA (2001) a marca ARC[aiço], o que nos leva a concluir que na macroestrutura estão incluídas unidades léxicas de uso não-freqüente ou até mesmo desusadas em espanhol: *paletó* ARC “abrigo de paño grueso, de forma entallada y largo, que era semejante a la levita” (GDUEA (2001. s.v.)), *pancera* ARC “pieza de la armadura que cubría el vientre” (GDUEA (2001. s.v.)). Contudo, nos parece que para um dicionário que pretende apresentar “los significados que los hablantes nativos de español asignan a las palabras en los inicios del siglo XXI” (Cf. GDEUA (2001: 7)), é uma incoerência incluir palavras ou acepções arcaicas ou antiquadas ^[xxv].

Com relação aos neologismos, GDUEA (2001) inclui em sua macroestrutura todos aqueles que figuram no *corpus Cumbre*. Dessa forma, tanto neologismos vernáculos como *ciclovía* “espacio reservado para la circulación exclusiva de bicicletas” (GDUEA (2001, s.v.)) *caficultor* “persona que cultiva, cosecha o comercia con café” (GDUEA (2001, s.v.)), *discar* “marcar un número en el teléfono” (GDUEA (2001, s.v.)) e *trampeo* “acción o resultado de trampear” (GDUEA (2001, s.v.)) ^[xxvii] quanto estrangeirismos como *airbag* (GDUEA (2001, s.v.)), *software* (GDUEA (2001, s.v.)), *boutique* (GDUEA (2001, s.v.)), *boulevard* (GDUEA (2001, s.v.)) aparecem nesse dicionário e assim como em DUPB (2002), não há marca diacronia, apenas a informação da língua de origem da palavra.

No quesito “indicação de uso sintático”, GDUEA (2001) apresenta explicitamente o “régimen preposicional” de verbos, substantivos e adjetivos dizendo que as preposições que acompanham necessariamente algumas palavras “son una información de gran utilidad para el uso adecuado [grifo nosso] del español” (GDUEA (2002, p. 9)). Mas a que uso adequado se refere o dicionário? Provavelmente ao

emprego da língua de acordo com a norma padrão, o que nos leva a concluir que essa é uma atitude prescritiva tomada pelo dicionário. Assim, em GDUEA encontramos informações como:

ca.rac.te.ri.zar v/tr RPr **caracterizarse de/por**
mie.do s/m RPr **miedo a/de/por**
bur.lar vREFL(-se) RPr **burlarse de** [xxvii]
gus.tar v/intr RPr **gustar de** [xxvii]
(GDUEA (2001, s.v.))

GDUEA (2001), assim como DUPB (2002) assume então um caráter prescritivo, que somado ao seu ideal descritivo nos permite concluir que para esse dicionário “uso” abarca tanto a noção de norma real quanto a de norma ideal.

5.3 DUE (1999)

Esse é um dicionário sem precedentes na história da lexicografia espanhola, devido ao seu caráter inovador e original. Fruto de anos de trabalho de sua dedicada autora, o DUE surgiu em 1967 e causou um grande impacto, por tratar de questões até então deixadas em segundo plano pela RAE. Moliner incluiu em seu dicionário explicações acerca do “régimen preposicional” e das colocações, até hoje temas pouco tratados pela RAE [xxviii]. Moliner foi ainda pioneira ao considerar as então letras [ch] e [ll] dígrafos, antecipando-se em trinta anos aos demais dicionários espanhóis quanto à adoção da ordem alfabética, ou seja, não incluindo [ch] e [ll] como unidades alfabéticas independentes [xxix].

Além disso, elaborar um dicionário de usos em uma época em que não existiam as opções tecnológicas que hoje são pré-requisito para o desenvolvimento do trabalho lexicográfico é um feito digno de admiração. Todas as decisões tomadas pela autora estão baseadas certamente em seus estudos sobre a língua espanhola, mas principalmente em seu *feeling* lingüístico bastante aguçado.

Prova do incansável trabalho e da noção clara de que um dicionário nunca está acabado, são as palavras de Moliner proferidas em 1972, poucos anos depois de lançada a primeira edição de seu dicionário:

Después de publicado, yo sigo trabajando en él. En un diccionario no se puede dejar de trabajar. Constantemente estoy viendo en los periódicos o en las novelas expresiones que anoto para incluirlas. Ya tengo una gran colección de adiciones. Si no me muriera, seguiría siempre haciendo adiciones al diccionario.

De acordo com a autora, “la denominación “de uso” aplicada a este diccionario significa que constituye un instrumento para guiar en el uso del español tanto a los que lo tienen como idioma próprio como a aquellos que lo aprenden como lengua extranjera”. (cf. DUE (1999, apresentação da 1ª. Edição)). DUE (1999) na verdade se preocupa bastante com o uso sintático da língua porque é um dicionário destinado não só à decodificação, mas também à codificação, particularidade que exige que seja apresentado um número bastante grande de informações relativas à língua. Logo, fica evidente que o “uso” é entendido por DUE (1999) também como prescrição.

Assim como DUPB (2002), esse dicionário não apresenta informações quanto à

quantificação do uso [xxx].

Quanto à ortografia, DUE (1999) apresenta alguns casos de variantes ortográficas, fazendo sempre remissão à palavra de maior frequência, sendo que nesta se encontra a definição, mesma solução apresentada pelos outros dicionários analisados:

insubstituible adj. Variante ortográfica de «insustituible». (DUE (1999, s.v.))

insustituible adj. Tan especialmente adecuado a su función que no se puede sustituir o es muy difícil sustituirlo. Indispensable, irremplazable. Necesario (DUE (1999, s.v.))

O mesmo ocorre com as formas *ceviche* remetendo a *cebiche* “guiso de pescado con pimiento, zumo de naranja o limón y otros ingredientes, típico de algunos países hispanoamericanos” (DUE (1999, s.v.)), *zebra* com remissão à *cebra*, e como nos demais dicionários da língua espanhola aqui analisados, com as palavras com o grupo /ps-/ em início absoluto: *sicología* faz remissão à *psicología*, *sicólogo* remete para a forma *psicólogo*.

A pronúncia é indicada somente quando a pronúncia de uma palavra não é diretamente dedutível de sua forma gráfica. Aplica-se geralmente aos estrangeirismos não adaptados ao padrão fonológico da língua alvo. A representação fonética em DUE (1999), sempre que possível, se dá através das próprias letras do alfabeto espanhol:

abertzale (vasc.; pronunc. [aberchále]) (...) (DUE (1999, s.v.))

alcohol (del ár. and. «kuhúl»; pronunc. [alcól]) (...) (DUE (1999, s.v.))

apartheid (ingl., del afrikaans; pronunc. [aparjéid]) (...) (DUE (1999, s.v.))

freudiano, -a (pronunc. [froidiáno]) (...) (DUE (1999, s.v.))

DUE (1999) traz uma extensa lista de marcas diastráticas e diafásicas, tais como: literário, culto, informal, vulgar, etc. Essas marcas, como já foi dito, são muito importantes para informar ao consulente que determinadas palavras e acepções têm um âmbito de uso restrito:

sempiternamente (cult.) adv. Eternamente. (DUE (1999, s.v.))

abril (del lat. «aprílis») **2** (inf.) Se emplea para expresar la edad de una jovencita: ‘Tiene quince abriles’. (DUE (1999, s.v.))

Assim como GDUEA (2001), esse dicionário também apresenta uma lista extensa de marcas diatónicas, de modo que é possível encontrar um volume bastante grande de unidades léxicas pertencentes a áreas específicas do conhecimento. Listaremos apenas alguns exemplos para manter a simetria com as outras análises apresentadas: *panavisión* Cine[matografía] “técnica de filmar y proyectar películas con unas lentes especiales en cintas de sesenta y cinco milímetros” (DUE (1999, s.v.)), *caracol* Anat[omía] “una de las tres partes del oído interno, constituida por un cono hueco arrollado en espiral” (DUE (1999, s.v. ac. 3)), *caracol* Equit[ación] “vuelta dada por el caballo, cuando está inquieto o a voluntad del jinete” (DUE (1999, s.v. ac. 5)).

Quanto às marcas diatópicas, DUE (1999), além de marcar os americanismos de acordo com os países da Hispano-América em que são utilizados, traz também marcas para as comunidades autônomas que conformam a Espanha, tais como: Andalucía, Cataluña, Valencia, e em alguns casos também para as cidades que fazem parte dessas comunidades autônomas e para outros países que também são de fala espanhola (como língua materna ou como segunda língua), como é o caso de Marrocos e Filipinas. Alguns exemplos de palavras e acepções marcadas diatopicamente são:

frazada (del cat. «flassada») (Arg., Chi., Cuba, Guat., Méj., Par., Perú, R. Dom., Salv., Ur.) *Manta*. (DUE (1999, s.v.))

escobio (Ast., antb., León) m. Paso estrecho en una montaña o en un río. (DUE (1999, s.v.))

DUE (1999) traz as marcas *antiguado* ou *desusado* para todas as acepções que não se mantiveram em uso após o século XVIII, além de apresentá-las em itálico. Já as acepções que são pouco usuais atualmente aparecem somente em itálico, sem nenhuma marca:

pósito, -a (del lat. «oppositus») **1** *Participio irregular, desusado, de «oponer».* **2** (ant.) m. *Cosa que se opone a algo o sirve de defensa de algo.* (DUE (1999, s.v.))

ñubloso, -a (ant.) adj. *Nubloso.* (DUE (1999, s.v.))

Parece-nos que DUE (1999) se assemelha mais a um dicionário geral de língua que a um dicionário de uso no sentido de apresentar aquilo que é freqüente, pois o dicionário procura abarcar muito mais do que o efetivamente realizado pela comunidade lingüística, tanto que apresenta um número bastante elevado de palavras e acepções desusadas.

Quanto aos neologismos, a autora acredita que não podem ser excluídos de um dicionário “de uso” aqueles amplamente difundidos entre os falantes. Assim, neologismos por empréstimo como *look* “imagen o aspecto” (DUE (1999, s.v.)), *airbag* “dispositivo de seguridad de un vehículo que consiste en una bolsa de aire que se hincha instantáneamente cuando se produce un choque violento” (DUE (1999, s.v.)) e *software* “conjunto de programas y otros elementos no físicos con que funciona un ordenador” (DUE (1999, s.v.)), que se fixaram na língua e são bastante usadas pelos falantes, fazem parte da macroestrutura de DUE (1999). Há também neologismos vernáculos, como *balompié*, criado para concorrer com o empréstimo oriundo do inglês *fútbol* e neologismos de significação como *empelotarse* “desnudarse; quedarse en pelota” (DUE (1999, s.v.)).

No concernente à indicação de uso sintático, DUE (1999) se mostra um dicionário que privilegia a prescrição logo no princípio, através das palavras de sua autora na apresentação da primeira edição, de 1966:

“La denominación “de uso” aplicada a este diccionario significa que constituye un instrumento para guiar en el uso del español tanto a los que lo tienen como idioma propio como a aquellos que lo aprenden y han llegado en el conocimiento de él a ese punto en que el diccionario bilingüe puede y debe ser substituido por un diccionario en el propio idioma que se aprendea”.

Assim, DUE (1999) dá informações quanto ao uso prescritivo da língua, indicando para os verbos e adjetivos as preposições com que se constroem (o “régimen preposicional”): *asentir* (a), *consentir* (en), *proveerse* (de) e para os substantivos, os verbos que a eles se unem para formar as frases: *útil* (a, para):

asentir (del lat. «assentire») **1** («a») intr. Mostrarse alguien conforme con lo dicho o propuesto por otro. **2** («a») Consentir en. (DUE (1999, s.v.))

gustar (del lat. «gustäre») (...) («de») intr. Sentir inclinación a hacer cierta cosa en la que se encuentra placer. (DUE (1999, s.v. ac. 3))

Há ainda os casos de colocações, ou seja, casos em que uma determinada palavra se combina com um número restrito de outras unidades léxicas nas construções sintáticas como em *suspiro* (dar, exhalar), *derrota* (infligir), *incendio* (declararse, estallar; sofocar):

suspiro (del lat. «suspirium») («Dar, Exhalar, Lanzar, Dejar escapar, Arrancar») m. Aspiración fuerte y prolongada, seguida de espiración, que va generalmente acompañada de un «¡ay!» más o menos perceptible, con la que se expresa cansancio, tristeza o, por el contrario, *alivio de una preocupación o satisfacción. (...) (DUE (1999, s.v. ac. 1))

Percebe-se que DUE (1999) dá ênfase também à prescrição e não somente à descrição e isso mostra que esse dicionário é mais coerente do que DUPB (2002) e GDUEA (2001), posto que estes deixam claramente exposto que o “uso” do título se refere tanto à norma real quanto à norma ideal.

6- CONCLUSÕES

Após esse breve estudo acerca dos dicionários ditos “de uso”, pudemos chegar às seguintes conclusões:

a) o “uso” nesses dicionários pode ser entendido tanto como freqüência, ou seja, como o conjunto léxico empregado pela comunidade lingüística (norma real) quanto como prescrição (norma ideal). Dessa forma, o usuário vai encontrar em tais obras a descrição da língua usada em um determinado período de tempo e também informações quanto à utilização das variantes preferenciais que se identificam com a norma exemplar das línguas portuguesa e espanhola.

Quanto a esse aspecto, cabe lembrar que há uma distinção entre DUPB (2002) e GDUEA (2001), por um lado e DUE (1999) por outro, dado que este deixa claro que tem, além de uma intenção descritiva, um propósito prescritivo, enquanto que aqueles apenas explicitam sua intenção de descrever a língua em uso e “ocultam” seu caráter prescritivo. A verdade é que tais dicionários, sem revelar ao consulente, privilegiam certos usos referentes, por exemplo, à ortografia, à pronúncia ou às informações sintáticas (e como vimos, esses aspectos assumem indiscutivelmente um caráter normativo). O problema seria amenizado se tais dicionários não fossem tão incisivos ao dizer que têm única e exclusivamente a preocupação de descrever a língua, e considerassem que, em alguns aspectos, ainda que não seja esse o objetivo, eles irão privilegiar a variante padrão da língua em detrimento das demais variedades, ou seja, que irão tratar de certos aspectos que, inevitavelmente, são da ordem da prescrição.

b) quanto aos idealizadores dessas obras, podemos dizer que nem mesmo eles têm claro o que se entende por “uso”, ou seja, se “uso” se refere:

- àquilo que é freqüente/corriqueiro, isto é, àquilo que é efetivamente usado massivamente pelos falantes;
- ao conjunto léxico já usado algum dia, independentemente de sua freqüência na atualidade.

Chegamos a essa conclusão em função de os dicionários abarcarem também palavras pouco usadas pelos falantes no recorte temporal por eles estabelecidos;

- à prescrição, ou seja, à apresentação de informações para se fazer “bom uso” da língua, estando essas informações de acordo com a norma padrão;

c) os três dicionários podem ser considerados mais um inventário relativamente aberto de palavras (incluindo as palavras que já não são mais de uso freqüente na língua) do que um dicionário restrito ao léxico em uso num determinado período de tempo (a contemporaneidade). Aqui, novamente, faz-se necessário ressaltar algumas particularidades dos dicionários analisados. DUE (1999), por exemplo, é a representação de um conjunto léxico mais abrangente do que apenas a língua em uso. A maneira que DUE (1999) encontrou para identificar sua intenção descritiva foi apresentar a língua efetivamente em uso marcando diacronicamente ou diferenciando através de elementos tipográficos aquelas palavras e acepções incluídas em sua macroestrutura que já não são mais empregadas pelos falantes. Dessa forma, DUE (1999), ao mesmo tempo em que evidencia aquilo que é de fato usado pelos falantes, também apresenta uma parte do léxico que em algum momento foi empregado, porém atualmente não. Nos parece que esse procedimento se constitui um maior comprometimento com o consulente, que ao se deparar com um determinado elemento tipográfico (no caso de DUE (1999), a letra em itálico), saberá que se trata de uma palavra ou acepção de baixa ou nenhuma freqüência no uso real da língua. Diferente do que ocorre com GDUEA (2001), que não “explica” ao consulente o motivo pelo qual foram incluídas unidades léxicas de freqüência não significativa (de acordo com a escala de indicação de freqüência apresentada pelo próprio dicionário), obrigando-o, dessa forma, a buscar uma explicação para tal atitude do lexicógrafo e procurar razões para justificar o fato de tais unidades léxicas apresentarem baixa freqüência.

d) a diferença que existe entre um dicionário geral de língua e esses dicionários ditos “de uso” – nesse caso, nos referimos especificamente a DUPB (2002) e GDUEA (2001) – é que estes são baseados em um *corpus* que lhes dá subsídios para, a partir da massa léxica abarcada pelo recorte sincrônico feito pelo lexicógrafo, precisar e quantificar as unidades léxicas efetivamente empregadas pela comunidade lingüística, além de dar indícios palpáveis acerca do real uso que é feito da língua em um determinado momento. No entanto, esse detalhe não garante que tais obras cumpram com aquilo a que se propõem (apresentar o léxico em uso), pois como podemos observar, tanto DUPB (2002) quanto GDUEA (2001) incluem em sua macroestrutura

verbetes com baixa frequência de uso ou até mesmo desusados. DUPB (2002) ainda deixa de lematizar palavras amplamente empregadas pelos falantes.

Para finalizar, gostaríamos de reiterar que, através desse estudo, buscamos averiguar que conceito de uso é abarcado pelos dicionários ditos “de uso” e verificar a coerência entre as pretensões dos dicionários e aquilo que de fato apresentam. Detectamos uma série de incoerências que enfraquecem a consistência desses dicionários e acreditamos que nosso estudo serviu para suscitar tais problemas, o que pode contribuir para a melhoria dessas obras que são, por si só, grandes realizações das lexicografias brasileira e espanhola.

REFERÊNCIAS

Bibliografia citada:

- AuE (1999). FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: O dicionário da língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 1 CD-ROM.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BUGUEÑO, Félix. O que é macroestrutura no dicionário de língua? In: ISQUERDO, A.N.; ALVES, I.M. (Org.). *As Ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Vol. III Campo Grande: UFMS / Humanitas, 2007, p. 261-272.
- _____. O dicionário como reflexo da língua. [inédito].
- COSERIU, Eugenio. A Língua Funcional. In: *Lições de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980, p.101-117.
- _____. Sistema, Norma e Falar Concreto. In: _____. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980, p.119-125.
- _____. Sistema, Norma y Habla. In: *Teoría del lenguaje y lingüística general*. 3. ed. Madrid: Gredos, 1973, p.11-113.
- CUNHA, Celso; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DPD (2005). Real Academia Española. Asociación de las Academias de la Lengua Española. *Diccionario Panhispánico de Dudas*. Madrid: Santillana, 2005. (Disponível em: <http://www.rae.es>).
- DRAEe (2001). Real Academia Española. *Diccionario de la lengua española*. Madrid: Espasa-Calpe, 2001 (Disponível em: <http://www.rae.es>).
- DUE (1999). MOLINER, María. *Diccionario de uso del español*. Madrid: Gredos, 1999.
- DUPB (2002). BORBA, Francisco. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- GDUEA (2001). Sociedad General Española de Librería. *Gran diccionario de uso del español actual*. Madrid: SGEL, 2001.
- HAENSCH, Günther et al. *La lexicografía: de la lexicografía teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.
- HouE (2001). HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de

Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CR-ROM.

RABANALES, Ambrosio. ¿Qué es hablar correctamente? *Revista de educación*, Universidad de Chile, n. 119, ago. 1984, p.49-58.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (1999). *Ortografía de la Lengua Española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1999.

RODRIGUES, Aryon Dall'Ingna. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão. In: BAGNO, Marcos. *Lingüística da Norma*. São Paulo: Ed. Loyola, 2002, p.11-25.

VOLP (1999). Academia Brasileira de Letras. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1999. (Disponível em: <http://www.academia.org.br/vocabulario/apresentacao.htm>).

WELKER, Herbert Andréas. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. Brasília: Thesaurus, 2004.

ZANATTA, Flávia. *Análise de dicionários de uso do espanhol e do português*. 2006. 82f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/termisul/biblioteca/TCCZanatta.pdf>.

Bibliografia consultada:

BAGNO, Marcos. Língua, história & sociedade. Breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: _____. *Lingüística da Norma*. São Paulo: Ed. Loyola, 2002, p.179-199.

BUGUEÑO, Félix. Como leer y qué esperar de un diccionario monolingüe (con especial atención a los diccionarios del español). In: *Revista Língua & Literatura*. Frederico Westphalen, v.4/5, n. 8/9, p.97-114, 2002, 2003.

_____. O que o professor deve saber sobre a nominata do dicionário de língua. *Revista Língua & Literatura*, Frederico Westphalen, v.6/7, n. 10/11, p.17-31, 2005.

DUBOIS, Jean et all. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira. Desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos. *Lingüística da Norma*. São Paulo: Ed. Loyola, 2002, p.37-61.

HARTMANN, R. R. K. *Teaching and researching lexicography*. London: Longman, 2001.

_____; JAMES, Gregory. *Dictionary of lexicography*. London/New York: Routledge, 2001.

HERNÁNDEZ, Humberto. Los diccionarios de uso del último decenio (1980-1990): estudio crítico. In: *Euralex 1988 Proceedings*. Barcelona: Bibliograf, 1999, p.473-481.

JACKSON, Howard. *Lexicography: an introduction*. London: Routledge, 2002.

LEITE, Marli Quadros. Língua falada: uso e norma. In: PRETI, Dino (org.) *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1999, p.179-208.

LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos. *Lingüística da Norma*. São Paulo: Ed. Loyola, 2002, p.63-92.

MOURE, José Luis. *Norma nacional y prescripción. Ventajas y perjuicios de lo tácito*. III Congreso Internacional de la Lengua Española, Rosario, Argentina, 2004 (Disponível em: <http://www.cvc.cervantes.es/obref/congresos>. Acesso em 30.09.2006).

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2004.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e lingüística*. São Paulo: Contexto, 2004.

ZANATTA, Flávia. Os dicionários de uso. In: XVIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2006, Porto Alegre. *Livro de resumos*. Porto Alegre: UFRGS, 2006b, 1 CD-ROM. Lingüística, Letras e Artes – Estudos Lexicográficos e Terminológicos B, resumo 141.

NOTAS:

[i] Este artigo é uma síntese de nosso Trabalho de Conclusão de Curso (Zanatta (2006)).

[ii] “Correto” aqui é entendido como a norma culta padrão, aquela privilegiada pelas gramáticas normativas. Sabemos, no entanto, que em Lingüística não há um uso “correto” ou “incorreto” da língua; o que há são variedades lingüísticas empregadas pelos usuários de acordo com a situação de interlocução em que se encontram e que são condicionadas por diversos fatores: social, idade, faixa etária, nível de escolaridade. Portanto, para os lingüistas, não há uma questão de correção ou incorreção quanto ao uso da língua, mas sim uma questão de adequação ao contexto em que a língua será usada. Rabanales (1984) em um trabalho no qual faz duras críticas ao professor Mario Banderas (que pretendia definir o correto e o incorreto no espanhol falado no Chile), sugere que a oposição absoluta entre as categorias correto e incorreto, estabelecidas sem levar-se em conta o contexto da produção lingüística, seja abandonada. O autor propõe a adoção de outras categorias de oposições, tais como: culto/inculto, formal/informal, genuíno/falso, necessário/desnecessário, exato/inexato, de forma que seja possível avaliar o que é correto ou incorreto de acordo com a situação comunicativa.

[iii] Podemos citar aqui o caso da colocação dos pronomes átonos, que, de acordo com as regras gramaticais vigentes, está baseada na variedade peninsular do português. Assim, o que é norma real para os portugueses, é norma ideal para os brasileiros, já que aqui o uso dos pronomes átonos é bem distinto do que propõem as gramáticas. As gramáticas prescrevem que se deve, em início de oração, utilizar o pronome enclítico, dizendo, por exemplo: *Dá-me [algo]*, mas a norma real dos falantes é usar o pronome em posição proclítica e esse uso é amplamente difundido, sendo que o que é realizado é a forma *Me dá [algo]* (cf. Bechara (2001, p. 173-181) e Cunha & Cintra (2001, p. 296-318)).

[iv] Na dicotomia de Saussure, a língua representa um sistema homogêneo, e a fala corresponde às realizações desse sistema por parte de uma comunidade lingüística. Já para Coseriu (1973 e 1980), a língua estava dividida em sistema, norma e fala. Às duas primeiras corresponde a noção de língua saussuriana enquanto que à terceira corresponde a noção de fala proposta por Saussure. Coseriu (1980) define sistema como todas as opções possíveis de serem realizadas por um falante em sua língua materna; norma como tudo o que na língua não é funcional, mas que é fato de realização tradicional e fala como a técnica lingüística efetivamente realizada.

[v] Rodrigues (2002, p. 13) fala em padrões ideais e padrões reais. Estes derivam de observações sobre a maneira como as pessoas realmente se comportam em determinadas situações enquanto aqueles definem o que se espera que as pessoas façam ou digam em determinadas situações, no caso de elas se conformarem inteiramente com as normas estabelecidas por sua cultura. Béjoint (2000 apud Welker (2004, p. 187)), faz uma diferenciação entre uma “norma qualitativa” – aquela dos dicionários normativos, que se baseiam no uso e na opinião dos “melhores” falantes nativos – e uma “norma quantitativa” – fundamentada na observação do uso lingüístico de todos os falantes fluentes da comunidade.

[vi] A Real Academia Espanhola, por exemplo, tem seu próprio manual de correção ortográfica, chamado *Ortografia de la Lengua Española* (1999), revisado em conjunto por todas as Academias de Língua Espanhola e que regem a escrita em espanhol. Nesse âmbito, pode-se dizer que o espanhol tem uma norma que se aplica a todas as pessoas que produzam em língua espanhola que deve ser respeitada. Essas normas são impostas. Assim, a RAE consegue manter a língua espanhola, que é falada em mais de 20 países, uniformizada pelo menos no que diz respeito à ortografia. Para o português, temos o VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (1999)) elaborado pela Academia Brasileira de Letras e que normatiza a ortografia para o português. No entanto, o VOLP (1999) não é plenamente confiável, já que não se baseia na norma real para estipular a norma ideal. Temos como exemplo a unidade léxica oriunda do inglês *skate*, que para o VOLP (1999) deve ser grafada como *esqueite*, ainda que esta forma tenha uma representatividade infinitamente menor frente à forma *skate* (300 ocorrências para aquela contra 1.500.000 para esta forma).

[vii] Em se tratando de línguas como o inglês e o francês, por exemplo, nas quais a relação letra/fonema não é tão estável, a transcrição fonética seria funcional. No entanto, há que se lembrar que dependendo do método adotado para a transcrição fonética, não todos os usuários do dicionário vão saber interpretar tais informações. O Alfabeto Fonético Internacional, por exemplo, é dominado apenas por aquelas pessoas

que têm algum conhecimento aprofundado de Fonética, de modo que adotá-lo como parâmetro para realização da transcrição fonética nos dicionários não seria uma decisão acertada. Welker (2004, p. 113), por sua vez, tem uma opinião contrária, pois acredita que o Alfabeto Fonético Internacional deveria ser usado em todos os dicionários e ser ensinado nos cursos de língua estrangeira. Parece-nos que essa decisão se adapta mais aos dicionários bilíngües, posto que os monolíngües raras vezes são utilizados por falantes não nativos da língua que trata, além a transcrição fonética aparecer, via de regra, apenas em casos muito especiais.

[viii] Entendemos como neologismo todas as unidades léxicas novas que surgem na língua, sejam elas criadas de acordo com os padrões morfológico e fonológico da própria língua (neologismos vernáculos) ou advindas de outras línguas (estrangeirismos). Estes, se aceitos pela comunidade lingüística, passam por diversos estágios até se estabelecer de forma definitiva. Quando se adaptam aos padrões fonológicos e ortográficos da língua-alvo passam a ser designados empréstimos lingüísticos, como é o caso de *bibelô*, *abajur*, *time* e *futebol*.

[ix] Gostaríamos de salientar que, na falta de um *corpus* próprio, nos valem do site de busca *Google* para efetuar nossas pesquisas quantitativas tendo em vista que tal *corpus* é bastante “democrático”, ou seja, que nele podemos encontrar textos dos mais variados gêneros, sendo que a maioria deles reflete a língua efetivamente em uso. É certo que essa ferramenta possui algumas restrições de ordem técnica, porém ela se mostrou bastante satisfatória para a obtenção das informações que buscávamos: dados relativos à frequência de uso de determinadas unidades léxicas.

[x] Através de pesquisas em sites de busca da internet (realizadas em 13.09.2006), encontramos 1.740.000 ocorrências para o verbete *seta*, 4.510.000 para o lema *sonho* e 711.000 para *subsolo*. Nos dicionários AuE (1999), HouE (2001) e Mi (1998) essas unidades léxicas fazem parte da macroestrutura.

[xi] Não encontramos documentada essa unidade léxica nem em AuE (1999) nem em HouE (2001). Cabe ressaltar que esses dicionários têm uma densidade macroestrutural muito maior que a de DUPB (2002), visto que sua preocupação de registro não está ligada à norma real. Portanto, há em DUPB (2002) algumas incoerências com relação ao seu objetivo de ser um reflexo da língua efetivamente em uso no Brasil.

[xii] Unidade léxica não encontrada nem em AuE (1999) nem em HouE (2001).

[xiii] Esse verbete consta em AuE (1999) e HouE (2001), porém não consta a acepção transcrita de DUPB (2002) neste trabalho.

[xiv] Idem nota XII.

[xv] Através de pesquisas em sites de busca da internet (realizadas em 27/09/2006) encontramos 4 ocorrências para *ibopeano*, 5 para *lumpemburguesia*, 0 para *lumpemburguês* e para *fellinófilo*.

[xvi] HouE (2002), por exemplo, marca *íncola* como formal e *fossa* como informal.

[xvii] Como DUPB (2002) não apresenta para nenhum verbete a marca diacrônica *neologismo*, consultamos HouE (2001) para o levantamento dos verbetes aqui apresentados, posto que nesse dicionário é possível encontrar a informação do século em que as palavras surgiram na língua (procuramos por palavras surgidas no século XX). Para fins de exemplificação, podemos citar ainda uma série de neologismos tanto de signo quanto de significação que surgiram recentemente na língua e que ainda não foram dicionarizados, mas que possivelmente serão (em uma próxima edição da obra) devido ao seu largo uso por parte dos falantes: *pegável*, *cadeirante*, *mensalão* (neologismos de signo) e *chapinha*, *ficar*, *pancadão* (neologismos de significação).

[xviii] No que concerne aos exemplos e abonações, DUPB (2002) apresenta para cada acepção uma ou mais abonações, que são os contextos em que a palavra ocorre e que mostram como ela está efetivamente sendo usada. Segundo o autor, houve uma preocupação por organizar os verbetes de modo que o usuário tivesse de um lado uma informação geral de como a língua se organiza e de outro, exemplos de como a língua está sendo efetivamente usada nos textos (Cf. DUPB (2002: VII)). Observe-se que o autor fala da língua usada nos textos e não usada pelos falantes. Já vemos, pois, que a obra tem um forte caráter prescritivo, já que os materiais escritos, geralmente, privilegiam a norma culta da língua. Ademais, se analisarmos as referências que conformam o corpus no qual DUPB (2002) está baseado, perceberemos que se trata de textos literários ou jornalísticos, sendo que nesses casos é utilizada quase que exclusivamente a língua em sua modalidade culta.

[xix] Não nos parece que essa densidade macroestrutural seja adequada para um dicionário que objetiva descrever a língua em uso pelos falantes do espanhol, posto que muitos dos verbetes certamente não têm um uso muito difundido entre os usuários da língua. O dicionário da RAE (DRAE (2001)), por exemplo, que é um dicionário geral de língua, contém cerca de 80.000 entradas.

[xx] Não há nas partes introdutórias desse dicionário nenhum tipo de informação com relação à lematização das variantes ortográficas. Através da observação do indicador de frequência que fornece o próprio dicionário pudemos concluir que na forma menos usual está a remissão para a forma mais usual,

sendo que esta é a que contém a paráfrase definidora.

[xxi] Em GDUEA (2001), as variantes ortográficas não aparecem em sistema de barras como em DUPB (2002). Ambas formas são lematizadas em separado e há remissão da forma menos freqüente para a mais freqüente. Para efeitos de exemplificação adotaremos o sistema de barras, sendo que a palavra que aparece primeiro é a forma mais freqüente, a considerada *type*.

[xxii] Sobre esse caso em particular, DPD (2005), obra publicada pela RAE com o intuito de esclarecer dúvidas relativas ao emprego da língua, diz o seguinte: “la pronunciación de la *p* se relaja considerablemente en el grupo *pt* situado en interior de palabra, pero solo es corriente su pérdida en *séptimo* y *septiembre*, que se pronuncian a menudo en el habla espontánea, al menos en España, [sétimo] y [setiembre]; por ello se admiten también las grafías *sétimo* y *setiembre*, aunque en el uso culto se siguen prefiriendo decididamente las grafías con *-pt-*”. (DPD (2005, s.v. *p*, ac. 4)).

[xxiii] Sobre as palavras que apresentem o grupo consonantal /*ps-*/ em posição absoluta, DPD (2005) descreve o uso real feito pela comunidade lingüística e também se mantém fiel às normas estabelecidas pela RAE: “el grupo consonántico *ps*, resultado de la transcripción de la letra griega *psi*, aparece en posición inicial de palabra en numerosas voces cultas formadas sobre raíces o palabras griegas que comienzan por esa letra (*psyché* ‘alma’, *pseudo-* ‘falso’, *psitakkós* ‘papagayo’, etc.). En todos los casos se admite en la escritura la reducción del grupo *ps-* a *s-*, grafía que refleja mejor la pronunciación normal de las palabras que contienen este grupo inicial, en las que la *p-* no suele articularse: *sicología*, *sicosis*, *siquiatra*, *sitacismo*, *seudoprofeta*, etc. No obstante, el uso culto sigue prefiriendo las grafías con *ps-*: *psicología*, *psicosis*, *psiquiatra*, *psitacismo*, *pseudoprofeta*, etc., salvo en las palabras *seudónimo* y *seudópodo*, que se escriben normalmente sin *p-*”. (DPD (2005, s.v. *p*, ac.3))

[xxiv] No caso específico do grupo consonantal /*ps-*/ em início de palavra há que se levar em conta a modalidade oral e a modalidade escrita da língua espanhola, posto que esse grupo consonantal geralmente não é articulado pela maioria dos falantes nativos porque há uma tendência a reduzir o grupo consonantal /*ps-*/ para uma sibilante /*s-*/, daí as formas *sicólogo*, *sicoanálisis*, etc. No entanto, a RAE considera como canônicas as formas com o grupo /*ps-*/ em posição inicial – *psicólogo*, *psicoanálisis*. Acreditamos que termos encontrado uma freqüência maior para as formas canônicas em nossas pesquisas se deve ao fato de estarmos tratando da modalidade escrita da língua, na qual os falantes buscam empregar a forma canônica seguindo as indicações da RAE. Se estivéssemos lidando com o registro oral é possível que nos depararíamos com outros números. Em Bugueño (2006) encontramos maiores informações acerca dessas questões.

[xxv] Esse tipo de informação é típico dos dicionários gerais, como Hou (2001), por exemplo, no qual os arcaísmos são inteligentemente rotulados de “arqueologia verbal” (Cf. Hou (2001)).

[xxvi] Os exemplos de neologismos vernáculos foram retirados das páginas introdutórias do dicionário (cf. GDUEA (2001, p. 9)).

[xxvii] Em DPD (2005), pode-se encontrar, para o verbete *gustar* as mesmas informações constantes em GDUEA (2001) sobre o “régimen preposicional”. Já para o verbete *miedo*, DPD (2005) não menciona a preposição *por*. Os outros dois verbetes citados (*caracterizar* e *burlar*) não aparecem em DPD (2005).

[xxviii] Em DRAE (2001) não há nenhuma informação mais precisa com relação ao “régimen preposicional”. O máximo que esse dicionário faz é apresentar, para alguns daqueles verbos que exigem a utilização de uma determinada preposição, algum exemplo do uso de tal verbo. Para o verbo *gustar* na seguinte acepção “desear, querer y tener complacencia en algo”, por exemplo, é exigido o uso da preposição “de”, mas o consulente somente tomará conhecimento dessa informação se olhar os exemplos oferecidos, nos quais a preposição aparece em destaque: “gustar DE correr, DE jugar”.

[xxix] Na verdade, mais do que adotar, Moliner restaurou a ordem alfabética que já havia sido usada pela RAE até o ano de 1803 e que somente em 1994 foi restabelecido pelo X Congresso de Academias da Língua Espanhola.

[xxx] Nesse caso, essa carência é totalmente compreensível, dado que DUE (1999) foi elaborado sem o auxílio das ferramentas fornecidas pela informática e de que os lexicógrafos de hoje em dia se valem amplamente.